

E1

Fase 2 do Ciclo de *Advocacy*

Pesquisa e análise – Visão geral

A Seção E1 apresenta a Fase 2 do Ciclo de *Advocacy*. Explica que o sucesso do trabalho de *advocacy* depende de informações precisas, confiáveis e suficientes. Examina a importância de se ter uma compreensão mais aprofundada das questões de *advocacy* identificadas na Fase 1 do Ciclo de *Advocacy*, incluindo as causas, efeitos e possíveis soluções, tendo em vista o contexto mais amplo. Também estuda os tipos e fontes de informações que devem ser identificados e analisados, e como avaliar sua utilidade.

A Seção E1 apresenta ferramentas que podem ser usadas em workshops de treinamento ou em pesquisa secundária. Para obter ferramentas úteis em pesquisas de campo, convém consultar os manuais de Diagnóstico Rural Participativo e de Aprendizagem e Ação Participativa.



Notas ao facilitador

Esta seção explora uma série de perguntas e respostas. O facilitador do workshop deve estar familiarizado com este material.

- Por que é necessário realizar pesquisas e análises em *advocacy*? 84
- Como se realiza o processo de pesquisa e análise? 85
- De quais informações precisamos? 87
- Que *tipos* de informações são necessários? 88
- Quais as *fontes* de informações disponíveis? 89
- Como identificamos as políticas e práticas a serem pesquisadas e analisadas? 90



Ferramentas

Esta seção apresenta ferramentas que podem nos ajudar a aplicar o aprendizado de forma prática. Em um workshop de treinamento, podem ser usadas como materiais de apoio.

- FERRAMENTA 20: Percepções da informação 92
- FERRAMENTA 21: Análise contextual 93
- FERRAMENTA 22: Diagnóstico de capacidade, transparência e responsividade 94
- FERRAMENTA 23: Sistema de políticas e práticas 96
- FERRAMENTA 24: Levantamento de recursos 97



Exercícios de treinamento

Nesta seção são propostos alguns exercícios interativos de treinamento que podem ser usados com os grupos a fim de aprofundar sua compreensão das questões suscitadas e para exercitar a aplicação das ferramentas apresentadas. São ideais para uso em workshops de treinamento.

- EXERCÍCIO 24: Avaliação de informações quanto à tendenciosidade e utilidade 99
- EXERCÍCIO 25: Levantamento de informações 100
- EXERCÍCIO 26: Análise de políticas e práticas 101
- EXERCÍCIO 27: Análise de recursos 101

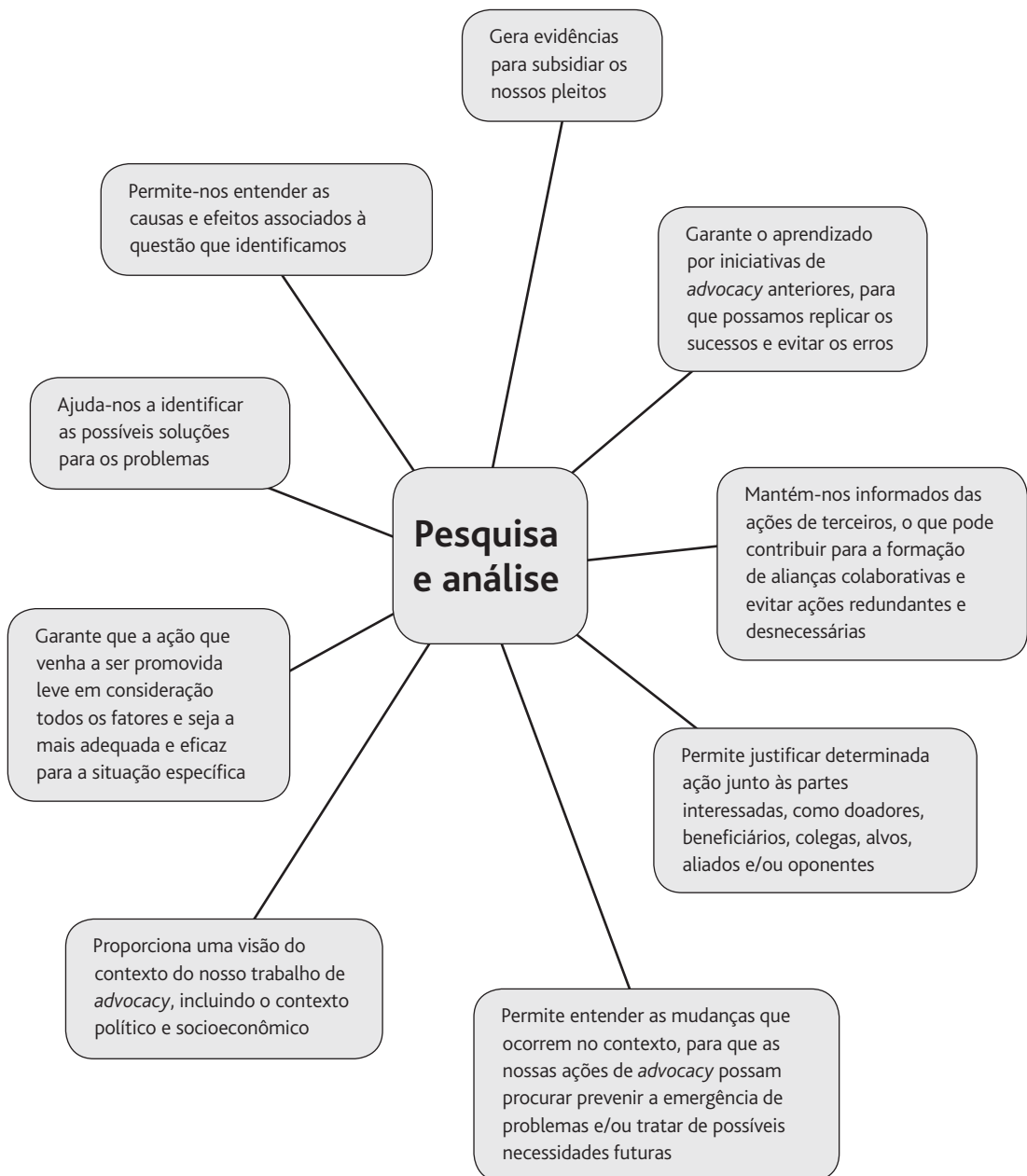
SEÇÃO E1 Notas ao facilitador



Por que é necessário realizar pesquisas e análises em *advocacy*?

Todo trabalho de *advocacy* precisa se basear em informações precisas, confiáveis e suficientes. Na maioria dos casos, só é possível obter essas informações através de pesquisa e análise. Esse processo envolve o levantamento, exame e análise de informações. Para que o trabalho de *advocacy* seja bem sucedido, deve ser oportuno, relevante e acessível para o público que procura influenciar.

Se as nossas pesquisas e análises forem adequadas, o trabalho de *advocacy* será fundamentado por um argumento racional baseado em evidências. Se não realizarmos pesquisas e análises, ou se as nossas pesquisas e análises forem inadequadas, o trabalho de *advocacy* correrá o risco de fracassar. É por isso que é fundamental realizar pesquisa e análise em *advocacy*.





Como se realiza o processo de pesquisa e análise?

A pesquisa consiste da coleta direcionada de informações e dados, enquanto a análise procura entender o que esses dados indicam e deles tirar conclusões.

Dependendo da questão, podemos realizar uma pesquisa primária e/ou secundária antes de proceder à análise.

Muitas organizações entendem que não cabe a elas fazer a pesquisa por conta própria, e sim utilizar as pesquisas produzidas por outras autoridades no assunto (como a ONU, universidades, think tanks e outras ONGs) e trazer a experiência das comunidades para suas discussões sobre o assunto.



■ Pesquisa primária

A pesquisa primária obtém informações de fontes originais.

São informações em primeira mão obtidas diretamente dos envolvidos e afetados.

Se optarmos por realizar uma pesquisa primária, será necessário identificar quem será entrevistado ou responderá à pesquisa, que perguntas serão feitas, e como. Por exemplo, podemos decidir entrevistar ou pesquisar um corte transversal da população, ou abordar todas as pessoas em determinada área.

O grupo de pessoas que entrevistamos deve ser amplo e representativo de toda a população, em termos de sexo, idade, situação familiar e outras características importantes, para que sejam tiradas conclusões precisas. Não devemos nos basear no ponto de vista de uma única pessoa ou de um grupo exclusivo de pessoas.

ESTUDO DE CASO

ÁSIA CENTRAL

Após receber treinamento em *advocacy* por uma organização parceira da Tearfund na Ásia Central, uma líder comunitária decidiu realizar uma pesquisa com um corte transversal dos membros da comunidade, consultando-os sobre as necessidades prioritárias da comunidade, e sobre as causas e efeitos dessas necessidades. Ela também conversou com os entrevistados sobre possíveis soluções para suas necessidades e então estabeleceu um diálogo com a autoridade local da área, atuando tanto em conjunto com a comunidade, quanto em nome dela.

Com base nos resultados da pesquisa, foi lançada uma campanha conjunta de *advocacy* para pedir a construção de estradas para dois locais inacessíveis, onde viviam as pessoas mais carentes e vulneráveis da comunidade. A campanha defendia que as estradas abririam essas localidades para o comércio e melhorariam a qualidade de vida, duas preocupações destacadas na pesquisa.

Inicialmente, as autoridades do governo foram céticas e hostis. Não queriam que a comunidade fosse empoderada. No entanto, a líder comunitária mobilizou as pessoas nesses locais inacessíveis para se manifestarem, que se juntaram a outros membros da comunidade para reivindicar a construção das estradas. As autoridades não tiveram opção senão ouvir, e encaminharam o pedido ao ministério nacional de estradas e transporte, que concedeu sua aprovação e uma verba para as obras. Com isso, as estradas foram construídas.

■ Pesquisa secundária

A pesquisa secundária obtém informações de fontes já existentes. São informações em segunda mão já registradas. Em inglês, é conhecida como “desk-based research”, ou “pesquisa de mesa”, por utilizar fontes como sites de Internet, livros, relatórios, consultas, estatísticas ou informações compiladas por outros pesquisadores.

Se optarmos pela pesquisa secundária, precisamos buscar fontes confiáveis e de fácil utilização. Por exemplo, podemos optar por ler alguns sites relevantes ou pesquisar relatórios que sabemos ser corretos, confiáveis e atuais. Em muitos casos é útil consultar outras pessoas, pedindo-lhes conselhos e recomendações de boas fontes. Uma vez que estivermos familiarizados com a questão, e com as nossas fontes, torna-se mais fácil nos mantermos atualizados sobre eventuais mudanças nas informações.

ESTUDO DE CASO

NÍGER

A JEMED (Jeunesse en Mission Entraide et Développement – Missão Jovem de Auxílio Mútuo e Desenvolvimento), organização parceira da Tearfund, está comprometida com as muitas comunidades pastoris do Níger. Quando o parlamento nigerino anunciou sua intenção de criar uma lei que causaria impacto nos meios de subsistência de pastores nômades, a JEMED resolveu agir.

Sabia-se que seria necessário realizar uma pesquisa para entender o teor da lei e os efeitos de sua aprovação. Assim, com ajuda da Tearfund, a JEMED obteve acesso à assessoria jurídica gratuita para auxiliá-la em sua pesquisa. A pesquisa levou à descoberta de que a lei teria, entre suas consequências, uma série de restrições aos direitos fundiários de comunidades nômades. Também permitiu identificar formas de melhorar a redação da lei.

Munida dessas informações, reveladas pela pesquisa, a JEMED promoveu reuniões comunitárias para conscientizar os pastores de seus direitos fundiários e das responsabilidades do governo para com eles. Também se reuniram com autoridades dos governos local e nacional para explicar os problemas na proposta de lei e recomendar possíveis formas de melhorá-la.

Inicialmente, suas recomendações foram acatadas. Posteriormente, no entanto, o governo ameaçou aprovar a lei sem adotar as recomendações. Novamente, a JEMED se manifestou e iniciou um diálogo crucial. Desta vez, destacaram a necessidade de consultar a comunidade pastoril, para que suas necessidades e direitos fossem considerados em primeira mão. Seguiu-se, então, uma consulta intermediada pela JEMED, que levou à não aprovação da lei pelo governo.

■ Análise

A análise consiste de tomar as informações coletadas na pesquisa, indagar sobre elas, identificar padrões, temas e deficiências – incluindo lacunas – e consolidá-las para então extrair as principais conclusões e recomendações a serem divulgadas. A análise proporciona uma compreensão aprofundada da pesquisa.

Às vezes, podemos ser tentados a passar todo o nosso tempo na coleta de informações e sua pesquisa e análise, sem deixar tempo para efetivamente agir. É importante chegar a um equilíbrio, obtendo informações suficientes para subsidiar a ação, mas não dedicando tanto tempo à coleta de informações que não sobra tempo para agirmos de acordo com elas!

ESTUDO DE CASO

SUDÃO

Um relatório da Tearfund, elaborado com base na experiência adquirida em seu trabalho em Darfur, estudou e analisou o contexto ambiental da região. Por meio de um processo sistemático de indagação e identificação de conclusões comuns, foi possível definir o que seria, na prática, mais benéfico para os esforços de ajuda humanitária e para reduzir a probabilidade de ocorrer uma maior degradação ambiental no futuro.

A partir da análise, foram recomendados estudos ambientais sistemáticos, a promoção de tecnologias alternativas de energia e construção, e medidas para aumentar a resiliência face a estiagens, com o objetivo de mitigar os danos ambientais para futuras gerações. Assim, a mensagem do relatório foi clara: o uso mais sustentável de recursos naturais ajudaria a combater a pobreza, além de reduzir a possibilidade de novos conflitos em regiões como Darfur. O relatório teve ampla cobertura e um impacto significativo na resposta da comunidade internacional em Darfur, fazendo com que todas as organizações envolvidas, desde a ONU até ONGs, passassem a concorrer para serem as mais ambientalmente sustentáveis em seu trabalho.

Posteriormente, o meio ambiente passou a figurar como um dos temas principais do plano de trabalho da ONU para Darfur. Como resultado da pesquisa no país, o subsecretário geral da ONU endossou o apelo de agências humanitárias para que o governo e líderes civis sudaneses tomassem medidas a respeito dos efeitos significativos dos conflitos no meio ambiente, principalmente na cobertura florestal e nos recursos hídricos, através de impactos como migrações em massa. À Tearfund, autora do estudo, foi atribuída o mérito de promover uma abordagem integrada e holística, muito mais abrangente do que a resposta humanitária tradicional, ao tratar de uma série de questões complexas incluindo meios de subsistência, conflitos, instabilidade política e sustentabilidade ambiental.

**De quais informações precisamos?**

Só devem ser coletadas informações que sejam precisas, confiáveis, relevantes e suficientes. Devem nos proporcionar uma compreensão e conhecimento mais aprofundados da questão. Sempre que possível, devemos procurar utilizar a técnica de triangulação, que consiste em obter informações de pelo menos dois tipos de fontes distintos para validar os nossos dados.

É uma boa prática obter informações sobre os aspectos a seguir, usando as ferramentas mais adequadas:

■ Contexto

Qual o contexto específico do problema identificado? Qual a situação geral do país, em termos de fatores socioeconômicos, culturais, econômicos, religiosos e ambientais?

Use a **FERRAMENTA 21: Análise contextual**

■ Causas

Quais as causas do problema? Quais os fatores agravantes? São socioeconômicos, culturais, econômicos, religiosos, ambientais ou outros?

Use a **FERRAMENTA 18: Árvore do problema / árvore da solução**

■ Efeitos

Quais os efeitos do problema? Como ele afeta as comunidades carentes e vulneráveis?

Use a **FERRAMENTA 18: Árvore do problema / árvore da solução**

■ Papel do governo

Qual o papel do governo no problema? Quais as leis, políticas e práticas relacionadas ao problema? Quais as informações orçamentárias disponíveis em relação ao problema?

Use a **FERRAMENTA 23: Sistema de políticas e práticas**

■ Alvos

Quem detém poder e autoridade para promover uma mudança? Estão dispostos e são capazes de fazer algo a respeito? Como obteremos acesso a essas pessoas? Estão abertas ao diálogo? Assumiram a sua responsabilidade por esta vertente da política?

Use a **FERRAMENTA 25: Matriz de mapeamento de partes interessadas** e a **FERRAMENTA 26: Matriz de aliados e oponentes**, ambos da Seção E2.

■ Soluções

O que entendemos ser necessário para resolver o problema? O que vamos propor? Nossas propostas são realistas? Como defenderemos a nossa posição? Temos uma visão clara para a mudança, e um plano claramente definido de como a mudança irá se concretizar?

Use a **FERRAMENTA 18: Árvore do problema / árvore da solução**

■ Partes interessadas

Há outros interessados no problema? Se forem a favor daquilo que estamos pleiteando, como podemos trabalhar com eles como aliados? Se estiverem indecisos, como podemos persuadi-los a nos ajudar? Se eles se opõem ao que estamos pleiteando, como sanar suas objeções?

Use a **FERRAMENTA 25: Matriz de mapeamento de partes interessadas** e a **FERRAMENTA 26: Matriz de aliados e oponentes**, ambos da Seção E2.

■ Recursos

Que recursos estão ao nosso dispor (incluindo dinheiro, equipamentos, voluntários, materiais, uso de salas e espaços, etc.) para nos auxiliar em nosso trabalho de *advocacy*?

Use a **FERRAMENTA 24: Levantamento de recursos**



Que tipos de informações são necessários?

São necessárias informações que contribuam com fatos, números, dados, histórias e evidências úteis para pesquisar e analisar a situação. É importante reunir uma mistura de informações quantitativas e qualitativas.

O uso de diversos tipos de informação pode contribuir para uma visão equilibrada, verificar os fatos, compreender os últimos acontecimentos, identificar possíveis alvos e aliados e compreender os argumentos de eventuais oponentes.

Os diferentes tipos de informação incluem:



É importante considerar a forma como serão utilizados os diversos tipos de informação. Algumas informações podem ser consideradas mais confiáveis e/ou legítimas do que outras. Isso pode impactar a nossa eficácia no trabalho de *advocacy*.

A FERRAMENTA 20: Percepções da informação explica as percepções que os diferentes decisores podem ter dos diversos tipos de informação.



Quais as fontes de informações disponíveis?

Existem diversos lugares onde podemos procurar, e diversas pessoas que podemos consultar, para obtermos informações úteis para o nosso trabalho de *advocacy*. Algumas informações serão fáceis de obter, enquanto outras podem exigir um maior esforço para serem encontradas.

Convém distinguir entre fontes primárias e secundárias de informação.

■ Fontes primárias de informação

Uma fonte primária de informação é aquela em que obtemos informações em sua origem, em primeira mão. Nela obtemos informações diretamente das pessoas afetadas, impactadas ou interessadas em determinada questão. São informações que coletamos por conta própria, de forma sistemática e precisa, usando ferramentas de coleta de dados como entrevistas, questionários, observação ou análise estatística.

ESTUDO DE CASO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)

Em Goma, RDC, não havia um serviço oficial de coleta de lixo e o acúmulo de grandes pilhas de lixo era comum na cidade. Joel Tembo Vwira, um morador do local, com apoio da iniciativa Inspired Individuals da Tearfund, decidiu realizar uma pesquisa para saber se os moradores de Goma estariam dispostos e teriam condições de pagar por um serviço organizado de coleta de lixo, além de entender a responsabilidade legal das autoridades locais pela coleta de lixo. Com a participação de estudantes locais na condução da pesquisa, Joel constatou que a maioria das famílias, empresas e ONGs estaria disposta a pagar por um serviço profissional. Ele também descobriu que as autoridades locais eram os responsáveis pelo saneamento geral na cidade.

Com os resultados da pesquisa, Joel fez lobby junto aos vereadores e ao secretário provincial do meio ambiente de Goma. Ele apresentou evidências de que a gestão de resíduos era um grande problema, lembrou-lhes de suas responsabilidades legais e pediu que implantassem um sistema organizado de gestão de resíduos. Como resultado, as autoridades da cidade disponibilizaram um local, a 15 km de distância de Goma, onde pudesse ser realizada a reciclagem. Joel trabalhou com as autoridades, os proprietários de imóveis e empresas privadas para implantar em Goma um serviço profissional de coleta, triagem e reciclagem do lixo de milhares de moradores. Com a melhoria da gestão de resíduos domésticos e redução do despejo de lixo na cidade, houve impactos positivos na saúde e os usuários do serviço perceberam uma redução do número de mosquitos.

■ Fontes secundárias de informação

Uma fonte secundária de informação é aquela em que obtemos informações em segunda mão. Ela nos fornece informações que já existem ou já foram compiladas por terceiros. São exemplos de fontes secundárias de informações:

- **A INTERNET** – uma fonte rica em informações, se soubermos como pesquisar, e onde procurar
- **BIBLIOTECAS** – um bibliotecário pode ajudá-lo a localizar o que você precisa
- **UNIVERSIDADES** – podemos aproveitar pesquisas acadêmicas, palestras e bibliotecas ligadas às universidades
- **ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS** (municipais, nacionais e institutos de estatística) – informações sobre políticas e estatísticas

- **ONGS E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA** – frequentemente produzem estudos e disponibilizam informações
- **DOADORES E INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS** – disponibilizam análises detalhadas, frequentemente para longos períodos históricos
- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO** (jornais, revistas, rádio, televisão) – boas fontes de reportagens e citações.

ESTUDO DE CASO

NEPAL

O Nepal tem uma lei nacional do planejamento que prevê um processo participativo, permitindo que as comunidades locais contribuam para a definição do planejamento e dos orçamentos locais e distritais. Embora o governo central ainda tenha autonomia para definir suas próprias prioridades, a lei prevê um mecanismo que possibilita às comunidades locais manifestarem suas prioridades e terem seus interesses ouvidos formalmente. Infelizmente, havia pouco comprometimento com esses processos. Muitas comunidades nem sequer tinham ciência dessa oportunidade e as decisões muitas vezes eram tomadas por um pequeno grupo autoeleito de homens politicamente influentes.

A United Mission to Nepal (UMN), organização parceira da Tearfund, tomou conhecimento da lei e percebeu a sua relação com o trabalho realizado com comunidades locais, relacionado a questões de boa governança. Por isso, realizou uma pesquisa sobre a lei pela Internet, entrando em contato com órgãos governamentais e consultando outras organizações sobre o que sabiam a respeito. A pesquisa ajudou a organização a entender o motivo pela falta de comprometimento com a lei, e lhe permitiu identificar maneiras de garantir o seu cumprimento.

Foi decidido realizar um trabalho de conscientização sobre a lei, com o objetivo de facilitar a participação comunitária no processo local de planejamento e promover uma maior transparência e prestação de contas nas autoridades locais. Para isso, realizaram reuniões comunitárias com membros e líderes comunitários, representantes de partidos políticos e a imprensa, além de workshops de treinamento.

Após conhecerem seu direito de participar do planejamento local, as comunidades receberam apoio para elaborar propostas que levassem em conta as necessidades e prioridades da comunidade, bem como para apresentá-las de acordo com a lei. Essas reuniões participativas garantiram que todos fossem ouvidos e que as propostas selecionadas realmente representassem os interesses da comunidade. Também permitiram que os membros das comunidades, recém empoderados, dessem continuidade ao processo por conta própria, após o fim do apoio.



Como identificamos as políticas e práticas a serem pesquisadas e analisadas?

A pesquisa e análise devem sempre incluir uma avaliação das leis, políticas e práticas relacionadas à questão identificada. Também devem considerar o papel desempenhado pelo governo nacional, por governos estrangeiros e por instituições internacionais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a ONU) em tratar da questão.

Na maioria dos países, os governos adotam políticas em diversas áreas que têm impacto nas pessoas carentes, vulneráveis e marginalizadas, incluindo compromissos de:

- prestar serviços básicos, como água, saneamento, educação e saúde
- firmar compromissos relacionados ao recolhimento de tributos e à aplicação de recursos públicos
- definir prioridades de ajuda humanitária e desenvolvimento
- coordenar a regulação de medicamentos e o combate a doenças
- proteger o meio ambiente
- promover os direitos humanos e outros princípios de igualdade e equidade
- regular o acesso a crédito e controlar a inflação.

ESTUDO DE CASO

BOLÍVIA

Na Bolívia, a SETESUR, organização parceira da Tearfund, trabalha com os quíchuas, que estão entre as pessoas mais vulneráveis e marginalizadas do país. A SETESUR queria empoderá-las e, através de pesquisas, descobriu que o governo nacional havia delegado poderes aos municípios por meio de uma política de descentralização. Com isso, verbas do governo central foram transferidas para todos os municípios do país para gastos em serviços públicos, tendo cada município autonomia para definir sua destinação orçamentária. Quando a SETESUR pesquisou e analisou a política de descentralização, descobriu que ela incentiva as comunidades a participar do planejamento orçamentário dos municípios e, por isso, mobilizaram membros das comunidades quíchuas para participarem. Dessa forma, puderam influenciar as autoridades municipais para priorizarem a destinação orçamentária a favor da prestação de serviços para comunidades em situação de pobreza.

As políticas governamentais podem ser estratégias formais, planos de ação oficiais, declarações de intenção ou propostas de lei. Somente algumas dessas políticas se transformam em leis oficiais. Geralmente o acesso a esses documentos só é possível quando o governo atua de forma aberta e transparente. Caso contrário, pode ser necessário adotar uma das seguintes abordagens:

Quando sabemos da existência dos documentos:

- Apresentar requerimentos formais aos órgãos do governo, solicitando acesso aos documentos. Assegure-se de manter registros de todas as correspondências.
- Procurar outras agências e organizações para saber se elas têm cópias dos documentos ou conhecem quem as tenha.
- Procurar a imprensa, pedindo que sejam noticiadas as dificuldades encontradas para acessar os documentos.
- Falar com pessoas-chave nos respectivos órgãos do governo, ou fora do governo, para saber se dispõem de cópias dos documentos ou sabem de quem as tenha, ou se podem pressionar outras pessoas para liberarem o acesso aos mesmos.

Quando os documentos estão incompletos ou não são confiáveis:

- Complementar os documentos com informações de outras fontes, como universidades, organizações da sociedade civil ou órgãos internacionais.
- Entrevistar funcionários dos respectivos órgãos governamentais para esclarecer o que está incompleto ou ausente, ou não condiz com outra fonte confiável.
- Pedir que um especialista, como um estatístico, avalie quais aspectos dos dados podem ou não ser utilizados.

Quando os documentos não existem:

- Coletar informações sobre a questão diretamente.
- Usar fontes de informações existentes para extrair as informações necessárias.
- Pedir que o governo passe a registrar as informações necessárias.

Para uma visão geral dos diferentes tipos de políticas relacionadas a questões de pobreza, ver a **FERRAMENTA 23: Sistema de políticas e práticas.**



Percepções da informação

As informações raramente estão isentas de tendenciosidades naquilo que é dito, e na forma como é dito. É importante saber quem ou o que está por trás dos diferentes tipos de informação, o motivo pelo qual foi produzida e como se chegou às suas conclusões. Seria fácil aceitar todas as informações na forma como estão apresentadas, mas é importante analisar cada informação para decidir se é confiável.

Esta ferramenta define algumas das percepções mais comuns, favoráveis e desfavoráveis, dos diversos tipos de informação. (Há percepções similares quanto às diversas fontes de informação.) Ela nos permite enxergar o que pode nem sempre ser óbvio.

EXEMPLO

Tipos de informação	Fatores favoráveis – na percepção dos outros	Fatores desfavoráveis – na percepção dos outros
Relatórios governamentais	Pesquisa de boa qualidade Acesso a informações de boa qualidade Bons para serem usados em lobby junto ao governo	Favorecem o partido do governo ou determinada política existente Pouco autocríticos
Relatos de testemunhas oculares	Agregam legitimidade e novos fatos	Subjetivos e parciais
Matérias jornalísticas	Estão em domínio público Facilmente acessíveis Amplamente lidas	Tendenciosidade política Podem noticiar só um lado da história
Provas judiciárias	Informações confiáveis e que têm fé pública	Podem ser difíceis de entender
Relatórios de ONGs	Evidências independentes Tomam o partido dos carentes	Adotam uma linha específica (antigoverno/iniciativa privada) Amadores
Materiais de sindicatos	Representativos de seus associados Evidências pessoais, depoimentos em primeira mão	Tendenciosidade política Antagonistas
Documentos de instituições internacionais	Informações precisas, confiáveis e abrangentes	Favorecem o próprio posicionamento institucional, como a liberalização comercial
Trabalhos de pesquisa acadêmica	Independentes Aprofundados	Podem ser difíceis de entender e altamente especializados



FERRAMENTA 21

Análise contextual

Esta ferramenta apresenta um método de analisar o ambiente, interno e externo, em que uma organização ou comunidade está inserida. Identifica informações que são pré-requisitos essenciais para o planejamento estratégico. É uma ferramenta útil para quem atua em *advocacy* uma vez que leva em conta todos os fatos, positivos e negativos, que podem impactar uma iniciativa de *advocacy*.

Situação econômica	Qual o nível de pobreza? Qual o custo da cesta básica? Quem está excluído da atividade econômica? Qual o valor da dívida externa? Quem tem poder econômico?
Necessidades básicas	Que parcela da população tem acesso a serviços básicos como saúde, água, saneamento, educação e moradia?
Espiritual	Quais as religiões praticadas? Há conflito ou cooperação entre as denominações religiosas?
Social	Mães ou pais solteiros ou famílias chefiadas por crianças são algo comum? Quem detém o poder na família? Qual o índice de desagregação familiar? Qual a situação da mulher na sociedade? Quem é mais vulnerável na sociedade? Como são tratados?
Etnia	Quais os principais grupos étnicos? Como é a sua convivência?
Saúde	Qual a incidência de malária, tuberculose e outras doenças preveníveis? Qual a incidência de HIV? Qual a taxa de mortalidade infantil/materna?
Educação	Que parcela da população frequenta o ensino primário/secundário? Por que as pessoas deixam de frequentar a escola? Qual o nível de ensino alcançado por pessoas do sexo feminino? Qual a situação econômica e social dos professores?
Emprego	Quais as principais áreas de emprego? Qual o nível de desemprego? Quem oferece o maior número de empregos, e qual o grau de controle que essa condição lhe confere? Existem sindicatos trabalhistas e são reconhecidos pelo governo?
Meio ambiente	Que parcela da população tem acesso a bons serviços de saneamento e abastecimento de água potável? Quais as principais ameaças ambientais? Quais os meios de proteção contra essas ameaças? Qual a quantidade de terra própria para agropecuária? Quantas pessoas vivem em situação de insegurança alimentar? Qual o grau de impacto das mudanças climáticas na vida e nos meios de subsistência da população?
Política	Quem detém poder na sociedade? Quem toma as decisões? Que tipo de sistema político existe? Há eleições livres e justas? Há cristãos envolvidos na política? Há uma preocupação com quem vive em situação de pobreza? Qual o nível de participação política das pessoas em situação de pobreza?
Segurança/paz	Que mecanismos existem para garantir a paz? Quem está envolvido? Qual a atuação da igreja? Pode-se confiar na polícia? Se o país já esteve, ou está atualmente, em guerra, quais os seus efeitos no país?
Situação urbana/rural	Como a situação da população rural difere da urbana? Qual o nível de migração? Existem favelas, e quais as suas condições?
Direitos humanos	Há um sistema judiciário independente e imparcial? Há liberdade de movimento, religião e expressão? Há meios de comunicação livres, não sujeitos ao controle do governo?



Diagnóstico de capacidade, transparência e responsividade⁵

Esta ferramenta analítica permite avaliar três dimensões específicas da governança que contribuem para a capacidade, transparência e responsividade da administração pública. É útil quando a questão identificada refere-se a serviços prestados pelo governo em determinado setor, como água, saneamento, construção de estradas, moradia, educação ou saúde. Foi concebida para ser usada ao longo de um período de tempo no acompanhamento da atuação do governo, mas também pode ser usada em workshops de treinamento como demonstração de seu uso no mais longo prazo.

Seus elementos são:

- **CAPACIDADE** – A capacidade e autoridade de líderes, governos e órgãos públicos para agir
- **TRANSPARÊNCIA** – A capacidade da população para chamar os líderes, governos e órgãos públicos à responsabilidade
- **RESPONSIVIDADE** – A atuação efetiva dos líderes, governos e órgãos públicos em atender às necessidades e respeitar os direitos da população

	Principais perguntas a considerar	Respostas
CAPACIDADE	Quais os compromissos internacionais firmados pelo governo em relação à questão?	
	O governo tem uma política nacional e estratégia de implantação para a questão?	
	A questão está contemplada em outros documentos estratégicos do governo?	
	Quais as metas definidas pelo governo para a questão, e quais os avanços do governo em atingi-las?	
	Qual o nível de adequação dos sistemas de registro e acompanhamento da questão, e qual o grau de exatidão e acessibilidade pública dos dados?	
	Quais os ministérios, órgãos de governo e empresas envolvidas na questão nos níveis nacional e local, e como as responsabilidades estão repartidas entre eles? Que ministério é o principal responsável pela questão?	
	Existe um mecanismo de coordenação setorial para a questão?	
	Qual a atuação de outros setores em relação à questão?	
	O governo conta com recursos humanos adequados para tratar da questão?	
	Há um processo de descentralização em curso e, se houver, qual o seu impacto na questão?	
	Que parcela do orçamento geral do governo é alocada à questão? Qual tem sido a variação histórica dessa verba?	
	Para onde se destina a maior parte dessa verba? Há projetos voltados para pessoas em situação de pobreza?	
	Quais os outros atores envolvidos na questão, além do governo? Qual a relação deles com o governo no que se refere à questão?	

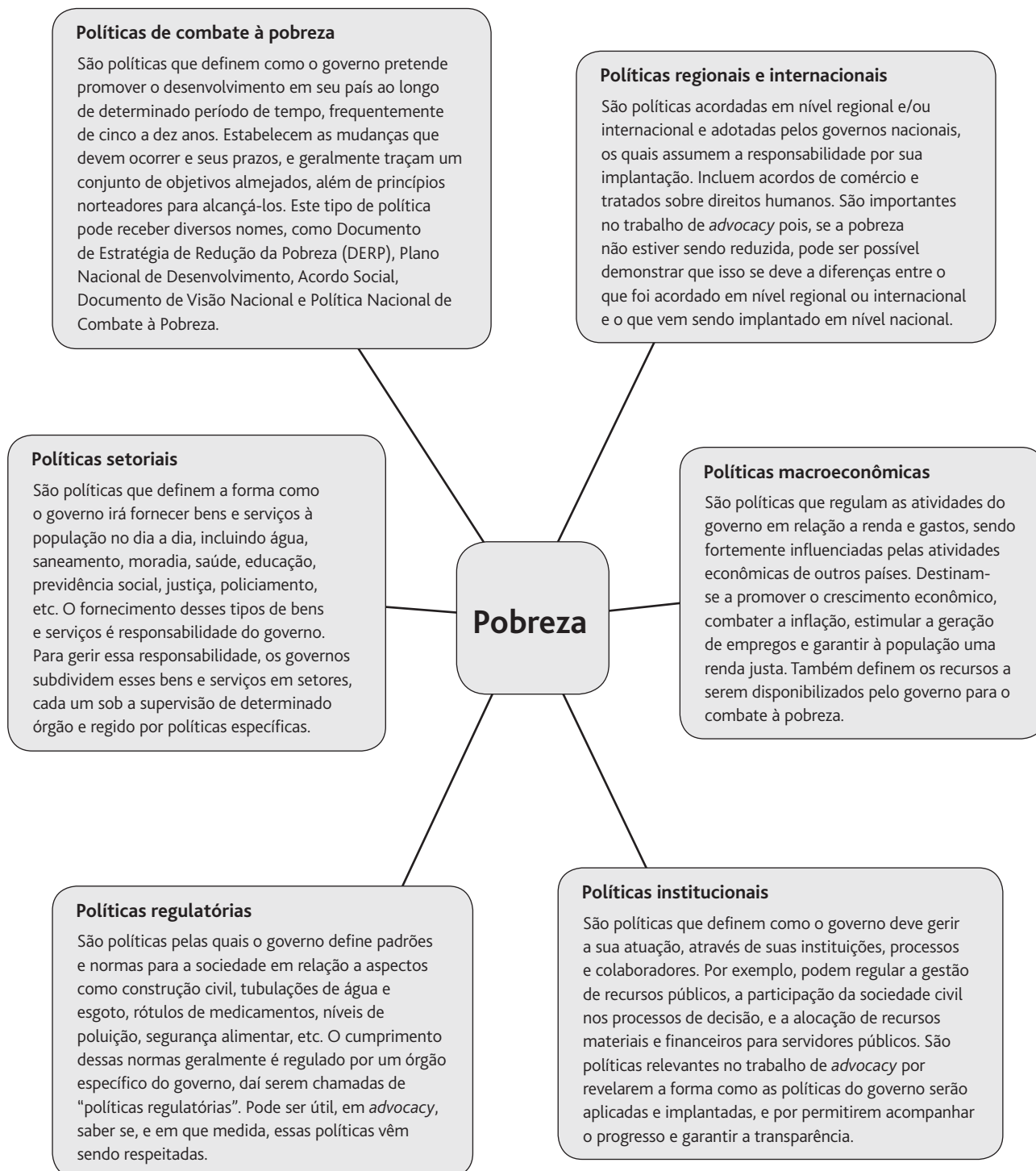
	Principais perguntas a considerar	Respostas
TRANSPARÊNCIA	A sociedade civil tem liberdade de informação e associação?	
	A sociedade civil pode participar do planejamento, orçamento, acompanhamento e avaliação da atuação do governo em relação à questão?	
	Qual o empenho dos veículos de comunicação em promover a transparência do governo?	
	Há mecanismos para reclamação e reparação em relação à questão? Se houver, são eficazes?	
	O governo abordou a questão no último ano?	
	Que informações são disponibilizadas sobre os direitos dos cidadãos relacionados à questão?	
	Quais os mecanismos adotados para monitorar os fluxos financeiros relacionados à questão?	
	Que outros atores, se houver, realizam atividades para incentivar a transparência em relação à questão?	
RESPONSIVIDADE	O governo promove políticas em prol de populações carentes nesta questão?	
	O governo adota uma abordagem que aumenta a demanda das populações carentes por serviços públicos adequados e acessíveis?	
	Quais as leis em vigor para garantir e regular a prestação de serviços públicos?	
	O governo está disposto a aprender com o exemplo de terceiros?	
	As políticas do governo em relação à questão são sensíveis às questões de gênero e às necessidades da criança?	
	Autoridades do governo participam de eventos de ONGs relacionados à questão?	
	Há um mecanismo para combater a alocação indevida e o desvio de recursos destinados a serviços públicos?	
	O governo prioriza uma agenda anticorrupção?	

5 A análise de Capacidade, Transparência e Responsividade foi criada pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido para uso em seus escritórios no exterior, e foi adaptada pela Tearfund para uso no setor de água, saneamento e higiene, em parceria com o DFID. Para um exemplo de um guia de como realizar uma análise de Capacidade, Transparência e Responsividade no setor de água, saneamento e higiene, acesse: <http://tilz.tearfund.org/Research/Water+and+Sanitation+reports/Understanding+the+WASH+sector+2010.htm>



Sistema de políticas e práticas⁶

Em termos gerais, existem seis tipos de políticas e práticas ligadas à pobreza. É importante pesquisar e analisar quais são mais aplicáveis quando a questão é relacionada à pobreza.






⁶ Adaptado de "Policies that may impact on poverty" nas páginas 16 e 17 de *Monitoring Government Policies*, um kit de ferramentas da CAFOD, Christian Aid e Trocaire: www.cafod.org.uk/Media/Files/Resources/Policy/Monitoring-government-policy






FERRAMENTA 24

Levantamento de recursos

Como em todo trabalho de ajuda humanitária e desenvolvimento, é importante considerar os recursos disponíveis antes de iniciar uma iniciativa de *advocacy*, e continuar a avaliar e alocar recursos ao longo de seu decurso.

	Principais perguntas a considerar	Respostas
Recursos financeiros 	Quanto dinheiro será necessário para implantar a iniciativa de <i>advocacy</i> ?	
	Esse orçamento é realista, baseado em custos e cotações reais?	
	Quais as fontes de recursos disponíveis? Haverá recursos suficientes para cobrir o orçamento?	
	Existe a possibilidade de haver problemas de fluxo de caixa ou dificuldades em obter autorização?	
Pessoas 	Quem estará disponível para participar da iniciativa de <i>advocacy</i> ?	
	Eles possuem os necessários conhecimentos, experiência e aptidões?	
	Caso negativo, podem ser capacitados?	
	Precisamos integrar outras pessoas, como indivíduos com conhecimentos especializados sobre a questão?	
Relacionamentos 	De que relacionamentos nós dispomos?	
	Que contatos nossos colaboradores, voluntários, parceiros e apoiadores têm que possam nos ser úteis, por exemplo, com outras organizações preocupadas com a questão?	
	Que relacionamentos mantemos com decisores, e como podemos cultivar e desenvolvê-los?	
	Conhecemos pessoas que possam nos ajudar de forma prática, por exemplo, com divulgação nos meios de comunicação?	

	Principais perguntas a considerar	Respostas
Conhecimentos 	Quais os conhecimentos e informações que temos coletivamente?	
	Quais as evidências necessárias para fundamentar o trabalho de <i>advocacy</i> e, se as que tivermos não forem suficientes, como poderemos adquiri-las?	
	Quais as pesquisas e análises que já pudemos realizar, e são suficientes e robustas?	
Reputação 	Qual a nossa reputação junto às comunidades, parceiros, decisores, apoiadores, doadores, o público em geral e a imprensa?	
	Somos conhecidos?	
	Precisamos trabalhar com outras organizações mais conhecidas? Que táticas podemos usar para conquistar sua confiança?	
Tempo 	Quanto tempo será necessário para implantar a iniciativa de <i>advocacy</i> ?	
	Temos tempo suficiente?	
	Há prazos específicos a serem cumpridos?	
	Existem oportunidades e eventos externos que possamos aproveitar, como eleições, aniversários, ciclos de planejamento do governo ou cúpulas internacionais?	

SEÇÃO E1 Exercícios de treinamento



EXERCÍCIO 24 Avaliação de informações quanto à tendenciosidade e utilidade

Objetivo	Entender as tendenciosidades por trás das diversas fontes e tipos de informação, e compreender o seu impacto na utilidade das informações
TIPO	Este exercício funciona bem em grupos grandes ou pequenos, mas pode ser feito individualmente
MÉTODOS	Análise de informações, reflexão individual, discussão em pequenos grupos, apresentação de conclusões em plenário
MATERIAIS	Informações com diversos tipos de tendenciosidades (Versão 1), ilusão de ótica (Versão 2)
TEXTO A DISTRIBUIR	FERRAMENTA 20: Percepções da informação
PREPARAÇÃO ANTECIPADA (VERSÃO 1)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reúna diversas matérias, relatórios e artigos de opinião (informações) em revistas, jornais e na Internet. 2. Recorte ou imprima os que apresentam diferentes tipos de tendenciosidade.
PASSO A PASSO (VERSÃO 1) – NO DIA DA ATIVIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dê a cada participante pelo menos uma das informações. Não precisam todos ter a mesma seleção. 2. Peça aos participantes que, trabalhando juntos, coloquem as informações em ordem de utilidade. (Pode ser que, antes de mais nada, seja necessário concordar em o que é ou não é útil!) 3. Pergunte-lhes por que colocaram as informações nessa ordem. 4. Apresente a lista de perguntas abaixo e pergunte aos participantes se desejam mudar a ordem escolhida à luz de suas respostas às perguntas: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Valores:</i> Quais os valores por trás da fonte de cada informação? Você concorda com eles? • <i>Finalidade:</i> Por que essa informação foi produzida? Como ela afeta o seu grau de tendenciosidade? Qual a sua percepção a respeito? Você confia na fonte? • <i>Veracidade:</i> Quais os fatos apresentados nesta informação? São fundamentados por provas? São apresentados de forma justa? As informações são atuais? Há algo faltando? • <i>Conclusões:</i> Como chegaram às conclusões deste artigo? São baseadas em evidências? Há alguma pressuposição, seja ela explícita ou implícita? Você concorda com elas? Você teria chegado a conclusões diferentes e, caso afirmativo, por quê? • <i>Percepção:</i> Qual a percepção que os outros terão desta informação, e por quê? • <i>Utilidade:</i> De que maneiras a informação poderá lhe ser útil? 5. Promova uma discussão em plenário sobre a importância de avaliar todas as informações quanto à sua confiabilidade, usando a FERRAMENTA 20: Percepções da informação, antes de utilizá-las em uma iniciativa de <i>advocacy</i>.
PREPARAÇÃO ANTECIPADA (VERSÃO 2) – SE O TEMPO FOR CURTO	Selecione uma ilusão de ótica famosa, como a da mulher jovem/mulher velha.
PASSO A PASSO (VERSÃO 2)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mostre a imagem ao grupo e pergunte o que estão vendo. 2. Promova um debate em plenário sobre a percepção e a tendenciosidade, usando a FERRAMENTA 20: Percepções da informação, sobre a importância de avaliar todas as percepções das informações, antes de utilizá-las em uma iniciativa de <i>advocacy</i>.



EXERCÍCIO 25 Levantamento de informações

Objetivo Entender a necessidade de reunir amplas informações para pesquisa e análise, e saber onde encontrá-las e como identificá-las

TIPO Este exercício funciona se utilizado individualmente, em pares ou em pequenos grupos

MÉTODOS Reflexão, trabalho em pares, pequenos grupos, exposição livre de ideias

MATERIAIS Papel e canetas

TEXTO A DISTRIBUIR FERRAMENTA 20: Percepções da informação
FERRAMENTA 21: Análise contextual
FERRAMENTA 22: Diagnóstico de capacidade, transparência e responsividade

- PASSO A PASSO**
1. Divida as pessoas em pares. Cada par deve escolher uma questão de *advocacy*, ou trabalhar em uma questão já identificada.
 2. Dê a cada par algumas folhas de papel e canetas, e peça que desenhem uma tabela com quatro colunas, identificando cada coluna como indicado abaixo. Convide cada par a preencher sua tabela, usando a FERRAMENTA 21: Análise contextual e/ou a FERRAMENTA 22: Diagnóstico de capacidade, transparência e responsividade. (A escolha dependerá do tempo disponível, da questão escolhida ou identificada, e de eventual preferência dos participantes por tentar uma ou ambas as ferramentas.)
 3. Peça para os participantes identificarem o assunto que precisa ser pesquisado, e pensem sobre os tipos de informação que precisam reunir para pesquisá-lo e como podem encontrá-los.
 4. Promova um debate com todo o grupo. Reúna algumas boas sugestões em um local central onde todos possam vê-las, por exemplo, escrevendo-as em uma folha de papel flip-chart na parede.

EXEMPLO

Questão contextual	Tipo de informação	Fonte de informações	Conclusões
Economia	Estatísticas Relatórios DERPs	Estatísticas do governo Outras organizações	80% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. A dívida externa representa 50% do PIB.
Necessidades básicas	Levantamentos Censo Relatórios de direitos humanos	Levantamentos do governo Internet	1 em cada 4 pessoas não tem acesso a água limpa.
Social	Indicadores de pobreza Relatórios acadêmicos	Bibliotecas universitárias Internet	Famílias chefiadas por crianças aumentam ano a ano. A sociedade é patriarcal.
Política	Resultados das eleições Constituição	Organizações de direitos humanos Governo Internet	A democracia é frágil. As eleições não são livres e justas. A participação da sociedade civil é limitada.
Etc ...			

**EXERCÍCIO 26** Análise de políticas e práticas

Objetivo Ajudar a identificar as políticas e práticas pertinentes a questões de *advocacy* relacionadas à pobreza

TIPO Este exercício funciona se utilizado individualmente, em pares ou em pequenos grupos

MÉTODOS Reflexão, trabalho em pares, pequenos grupos, exposição livre de ideias

TEXTO A DISTRIBUIR FERRAMENTA 23: Sistema de políticas e práticas

- PASSO A PASSO**
1. Divida os participantes em pares e peça que selecionem uma questão de *advocacy* por par.
 2. Usando a FERRAMENTA 23: Sistema de políticas e práticas, peça que cada par identifique as políticas e práticas relacionadas à questão de interesse. Como alternativa, caso não conheçam as políticas e práticas existentes relacionadas ao seu trabalho de *advocacy*, peça que indiquem como fariam para descobri-las.
 3. Peça também que considerem como poderiam localizar e obter cópias das políticas e práticas identificadas, e como poderiam usá-las em uma ação de *advocacy* em torno da questão escolhida.
 4. Peça que considerem a relação das políticas e práticas identificadas com os diversos níveis em que o *advocacy* é realizado. (Consulte a FERRAMENTA 3: Pirâmide de *advocacy*, se for útil.) Por exemplo, se a questão for deficiências, pode ser que o governo nacional seja signatário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nesse caso, se a ação de *advocacy* estiver sendo realizada em nível local, pode ser uma boa ideia saber se existe uma legislação nacional para a adoção da Convenção da ONU no país, e se essa legislação nacional contém disposições para sua aplicação em nível local.
 5. Promova um debate em plenário sobre a melhor forma de identificar as políticas e práticas, e identificar os principais pontos.

**EXERCÍCIO 27** Análise de recursos

Objetivo Reconhecer os recursos à disposição para auxiliá-lo em sua iniciativa de *advocacy*, e analisar quais recursos precisam ser mobilizados

TIPO Atividade em grupo ou individual

MÉTODOS Reflexão individual, discussão em pequenos grupos, debate em plenário.

TEXTO A DISTRIBUIR FERRAMENTA 24: Levantamento de recursos

- PASSO A PASSO**
1. Peça que os participantes trabalhem em pequenos grupos de até seis, usando um exemplo tirado de seu(s) próprio(s) contexto(s) ou experiência, ou uma situação apresentada pelo facilitador.
 2. Distribua cópias da FERRAMENTA 24: Levantamento de recursos para cada participante, indicando as seis seções da ferramenta (Recursos Financeiros, Pessoas, Relacionamentos, Conhecimentos, Reputação, Tempo).
 3. Peça que cada grupo divida as seções da ferramenta de forma que cada participante tenha uma seção. (Se houver menos de seis pessoas em um grupo, é mais fácil pedir para os participantes escolherem a seção que quiserem e deixar de fora as que sobrarem.)

4. Individualmente, cada participante deve refletir sobre as questões na seção da ferramenta que lhe foi designada, e anotar suas respostas. Se necessário, podem fazer conjecturas sobre as informações disponíveis para ajudá-los a responder às perguntas. Incentive-os a fazer esta atividade em silêncio.
5. Quando todos tiverem tido tempo para responder às perguntas sobre as seções que lhes foram designadas, convide os grupos a se reunirem novamente e debaterem suas seções da ferramenta uns com os outros.
6. Se houver tempo, convide um ou dois dos grupos a compartilhar suas reflexões sobre o uso da ferramenta. Quais recursos serão fáceis de identificar e quais serão difíceis?
7. Explique a importância de garantir a disponibilidade de recursos para o trabalho de *advocacy*, incluindo recursos financeiros, pessoas, relacionamentos, conhecimentos, reputação e tempo para realizá-lo. Use as Notas ao facilitador como auxílio.